

Impresso  
Especial

388/2006-GO  
TCE-GO

...CORREIOS...

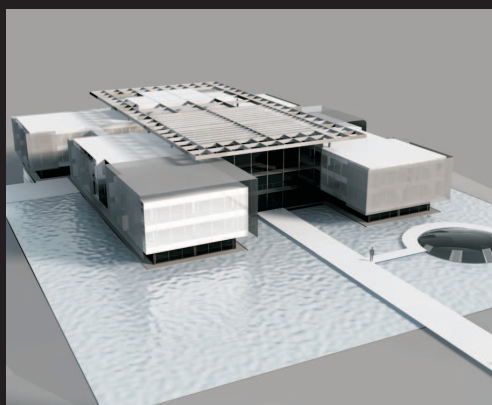
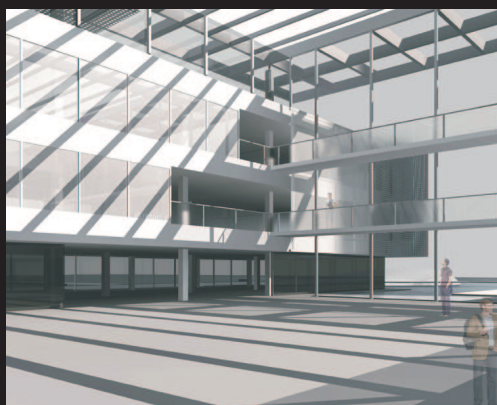
# Notícias TCE

Órgão Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Nº 50  
Goiânia, abril de 2009

- CONCURSO PÚBLICO PARA NÍVEL TÉCNICO E SUPERIOR
- PLANO DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA PARA 2009
- INSTITUTO LEOPOLDO DE BULHÕES
- INSPEÇÕES DETERMINAM PROVIDÊNCIAS



## FUTURA SEDE JÁ TEM MAQUETE



# EDITORIAL

## Gestão para o futuro próximo

As primeiras ações implementadas pelo conselheiro Gerson Bulhões na Presidência do TCE-GO dão uma mostra de que uma das principais preocupações atuais do colegiado é com a adequação de seu corpo técnico e de suas instalações físicas para os próximos anos. Bulhões já anunciou que vai priorizar a capacitação dos servidores e a realização de concurso público ainda este ano.

A exposição da maquete da futura sede no saguão do TCE-GO demonstra que brevemente a corte de contas goiana estará sediada em novas e modernas instalações, adequadas para o exercício de suas atribuições constitucionais. Entre as inovações previstas para o novo prédio está o Instituto Leopoldo de Bulhões. A notícia vem a calhar com a revigoração do ILB, com o advento da Lei Estadual nº 16.466/2009.

O Instituto, que muitos chamam de "escola de contas", a propósito, será uma das principais ferramentas de gestão de Bulhões, o que é reforçado pela proposta do Promoex de investir na capacitação, concentrando-se na formação de gestores, com destaque para a gestão por competências, planejamento e integração. Também estão programados cursos técnicos de legislação e contabilidade aplicada ao Direito Financeiro e ao Direito Administrativo, além de novos módulos sobre auditoria de resultados e elaboração de relatórios.

Outra ação que vem sendo tratada com muito carinho é a preparação do concurso público para o preenchimento de vagas nos quadros técnicos e administrativos da casa, para os níveis superior e médio.

Investindo no servidor e nas instalações físicas, o órgão fiscalizador busca o aprimoramento de sua atuação, dentro do que dele espera a sociedade.

## Expediente



**Presidente:** Gerson Bulhões Ferreira

**Vice-Presidente:** Edson José Ferrari

**Corregedor-Geral:** Sebastião Tejota

**Conselheiros:**

Milton Alves Ferreira, Naphtali Alves de Souza,  
Carlos Leopoldo Dayrell e Carla Cíntia Santillo

**Auditores:** Luiz Murilo Pedreira e Sousa,

Guilherme T. Figueiredo Valente,

Mário Roberto Dayrell, Celmar Rech e

Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho

**Procurador-geral de Contas:** Sandro Alexander Ferreira

**Procuradores de Contas:** Fernando dos Santos Carneiro,

Maísa de Castro Sousa, Silvestre Gomes dos Anjos e

Eduardo Luz Gonçalves

**Direção e Coordenação:**

Chefe de Gabinete: Antônio Gomes de Oliveira

Diretor-Geral: Fernando Naves do C. Marinho

Dir. Departamento Auditoria: Luiz Murilo Pedreira e Sousa

Coord. Fiscalização Estadual: Fernando Xavier da Silva

Contadora Geral: Lilianne Maria C. S. Peu

Secretário Geral: Marcus Vinícius do Amaral

Edição: Alexandre Alfaix de Assis (JP 729-GO)

Redação: Comunicação/TCE

Leonardo Rocha Miranda (Jornalismo)

Candice Sebba (Projeto Gráfico)

Mônica Perillo (Relações Públicas)

Thatiane Cardoso, Bia Rezende e

Georgiana Oliveira Vreeswijk (apoio)

José Joaquim Freitas (Revisão)

Guilherme Freitas Filho e Sandra Santana (Expedição)

Fone/Fax: (62) 3201-9190 - [imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

Esta revista é de responsabilidade do

Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Pça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 332, Centro. CEP:74003-010

Fone: (62) 3201.9000 - [www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)



# Maquete da futura sede está exposta no Bloco C

A maquete da futura sede do Tribunal de Contas do Estado está exposta no *hall* do Bloco C do órgão fiscalizador. O projeto de arquitetura foi elaborado pela empresa AM Engenharia e Construção e os projetos complementares estão sendo executados pela Construtora Montebelense. O estudo preliminar e o desenvolvimento dos projetos foram acompanhados pelos técnicos da 2ª Divisão de Fiscalização de Engenharia do Tribunal.

A previsão é de que a obra comece a ser edificada até o ano que vem, em uma área de 93.027 mil m<sup>2</sup> (na Fazenda Retiro, ao lado do Setor Jaó) e vai contemplar, além dos setores técnicos do TCE, o Instituto Leopoldo de Bulhões. A área foi doada no governo de Marconi Perillo, por meio da Lei nº 15.600, de 2 de fevereiro de 2006, e a cessão foi oficializada pelo governador Alcides Rodrigues, em solenidade no dia 8 de dezembro no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

O projeto, elaborado pelos arquitetos Érico Rosa Naves e Priscila Rassi Mahamed L. Rocha, foi definido pela horizontalidade dos edifícios. Serão três blocos com três pavimentos cada, interligados por um átrio central, definindo a circulação interna, além do subsolo semi-enterrado, onde foram localizadas vagas para veículos. O auditório principal ficará na frente dos edifícios. A construção é envolvida com uma malha para proteção solar e um espelho d'água para o esfriamento evaporativo, proporcionando conforto ambiental.

O prédio onde hoje funciona o TCE, na Praça Cívica, 332, deverá ser devolvido ao Poder Executivo.





## Plano de Fiscalização

### Meta é atingir 379 fiscalizações externas em 2009



O Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado aprovou, na sessão plenária de 19 de março, o plano de fiscalização de 2009, que será executado pelas divisões subordinadas à Coordenação de Fiscalização Estadual, compreendendo auditorias, inspeções específicas, inspeções rotineiras e demais fiscalizações a serem realizadas. A proposta foi aprovada pela Resolução Normativa nº 001/2009, de 19 de março, relatada pela conselheira Carla Santillo e passa a valer a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Ao todo, serão promovidas 379 fiscalizações externas, das quais 19 auditorias de regularidade, 4 auditorias operacionais, 2 auditorias de gestão, 7 monitoramentos, 116 inspeções específicas, 129 inspeções rotineiras, 4 relatórios de acompanhamento da receita e 98 inspeções de acompanhamento de execução de contratos de obras e serviços de engenharia, além de outros levantamentos, cuja quantidade será definida juntamente com a escolha dos programas de governo que sofrerão auditorias operacionais, o que ocorrerá até 30 de maio.

Além da programação prevista no plano anual, podem surgir fatos novos que levem as divisões de fiscalização a definir outras prioridades na execução dos seus trabalhos. Surgimento de denúncias, notícias veiculadas pela imprensa, solicitação de conselheiro ou do Tribunal Pleno e até a apuração rotineira dos

analistas do TCE são situações que ensejam a instauração de procedimentos de inspeção ou auditoria, independentemente do plano previamente estabelecido.

AOP – Serão quatro as auditorias operacionais (Aop) a serem realizadas este ano. Os programas de governo a serem auditados serão selecionados após a apresentação ao plenário de uma “matriz de risco”, documento que identificará a viabilidade de fiscalização, observando-se critérios técnicos que levam em consideração estudo demonstrando o perfil de execução financeira e orçamentária do presente exercício. Uma das auditorias, porém, terá de atender sugestão do Programa Nacional de Modernização do Controle Externo (Promoex), cuja auditoria piloto em âmbito nacional, já em andamento, é na área de saúde.

O plano de fiscalização 2009 levou em consideração estudo elaborado pela Contadoria-Geral do TCE, priorizando alguns tópicos, elencados por sua relevância orçamentária e financeira.

## Inspeção na concessão de área do Autoposto Ceasa

2ª DF - Maria Delci



Os trabalhos tiveram como finalidade avaliar os aspectos formais e legais dos procedimentos pertinentes à concessão do terreno de propriedade da CEASA, com área de 8.806 m<sup>2</sup>, destinada à reconstrução do Autoposto de Serviços e Abastecimento CEASA-GO.

As principais irregularidades estão relacionadas à ausência de documentos que autorizariam a transferência da concessão originária, para GALOPE EMPRESARIAL, contrariando o Regulamento de Mercado, de 20/05/1997, em seus Artigos 15 e 42; falta de

assinatura dos representantes legais da CEASA à época, quais sejam, Diretor Presidente e Diretor Financeiro, no Contrato de Cessão de Direitos firmado entre a CEASA, Auto Posto Guia e a Galope Empresarial Ltda; indícios de que houve transferência de cessão sem a devida formalização, considerando a Cláusula Segunda do Contrato de Cessão de Direitos de Exploração para a GALOPE EMPRESARIAL LTDA; descumprimento do Regulamento de Mercado, considerando que não houve a realização de licitação, após o pedido de cumprimento da tomada da área deferida judicialmente. E, ainda, a CEASA-GO não cumpriu o estabelecido em Ata da Reunião convocada pela Diretoria Administrativa para organizar a retomada e o procedimento licitatório do Autoposto CEASA, conforme mandado judicial datado de 16/02/2006, e não tomou providências efetivas para o devido cumprimento do cronograma de obra.

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 029/2008 2ª DF – CEASA**

**OBJETO: Concessão de área – Auto Posto CEASA**

**PROCESSO Nº 200800047002116**

**CONSELHEIRA RELATORA: CARLA CÍNTIA SANTILLO**

**ANDAMENTO: 2ª DF – S2 - 16/12/2008**





Os graves motivos que deram causa às ações que tramitaram perante a Justiça denotam que não houve controle e acompanhamento no trato com a questão.

A falta de arquivos de documentos de forma sequencial e sistematizada dificulta a obtenção de informações e acompanhamento formal dos processos judiciais, bem como de outros atos e fatos relativos ao caso, e reforçam a fragilidade do controle interno da empresa.

As determinações ao representante legal da CEASA foram para que este encaminhe o processo de concessão do Auto Posto CEASA tendo como premissa básica a adoção de critérios técnicos e legais, que venham a proporcionar a devida transparência aos atos e fatos envolvidos, de forma eficaz e efetiva; apresente, de forma específica, esclarecimentos e justificativas sobre todos os fatos apontados no relatório; demonstre quais são os fundamentos legais que subsidiam a transferência da concessão do terreno para o Sr. WU KOU JUI, representante da Lanchonete, Churrascaria e Hotel Passarela; indique o estágio atual do cronograma de obras previsto no Contrato de Transferência de Concessão de Terreno, celebrado entre a CEASA e Lanchonete, Churrascaria e Hotel Passarela e o prazo previsto para a conclusão final.

Foram citados os ex-presidentes da CEASA: Sr. Evangevaldo Moreira dos Santos (período de 17/03/2003 a 27/01/05) e Sr. Divino Pereira Lemes, (período 26/08/05 a 04/06/08) para apresentação de circunstanciais esclarecimentos sobre as irregularidades demonstradas no relatório de inspeção.

## Utilização de Área Pública no DETRAN

Processo nº 200800047003530

Conselheira Carla Cíntia Santillo

Andamento: Secretaria Geral - 03/02/2009

Relatório de Inspeção nº 42/2008

A equipe responsável por fiscalizar o DETRAN realizou um trabalho definido pela 2ª Divisão de Fiscalização para o 3º quadrimestre de 2008, no qual foi apresentado, conforme atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta corte de contas e a Resolução Normativa nº 004/01, uma inspeção nas áreas cedidas pelo Detran a terceiros, para fins de exploração comercial.

Os trabalhos foram desenvolvidos com fundamento na legislação que rege a administração pública, especialmente a Constituição Federal e Estadual, as Leis Federais nº 4.320/64 e n.º 8.666/93, a Lei Complementar nº 101/2000, do PPA 2008/2011, a Resolução nº 240/94, bem como as normas estaduais infra-legais vigentes.

Logo após o início dos trabalhos inúmeras irregularidades foram detectadas, entre as quais se destaca a imensa área de 8.717,07 m<sup>2</sup> onde se encontra instalada há mais de 20 anos a sede administrativa da associação da ASDEG – Associação dos Servidores do DETRAN/GO –, um clube composto por salão social, piscinas, campo de futebol, bar e um prédio onde funcionava uma academia, além de uma pista a qual é alugada aos usuários para aulas práticas de motocicleta. Tudo isso sem custo algum, seja aluguel, tarifas de água e energia, telefone e sem nenhum documento que regularize essa ocupação.



**DETRAN-GO**

Outras instalações irregulares também foram encontradas nas dependências do órgão, que são o Restaurante do DETRAN, também instalado há mais de 20 anos na passarela central; o Restaurante da Vistoria, localizado no prédio onde são realizadas as vistorias veiculares; um quiosque com serviço de fotocópia, pertencente à própria ASDEG e outro de venda de água de coco (Beach Coco). As despesas desses estabelecimentos com água e energia elétrica são custeadas pelo DETRAN, que não tem retorno algum, já que os aluguéis são, inexplicavelmente, pagos à ASDEG.

Sem processo licitatório, termo de cessão de uso ou qualquer outro documento que regularize essas ocupações, esses estabelecimentos já causaram um enorme prejuízo aos cofres públicos, pois essas áreas poderiam ser utilizadas pelo órgão que passa por grandes problemas referentes a espaço físico, ou talvez até se tornarem mais uma fonte de renda para o mesmo.

Após a conclusão do trabalho algumas sugestões foram feitas, entre elas uma Tomada de Contas Especial junto aos atuais diretores do órgão, conforme o Art. 197 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Após a conclusão do relatório algumas providências já foram tomadas por parte da diretoria do DETRAN, porém ainda insuficientes para regularizar tal situação. O relatório se encontra em trâmite no TCE, na fase do contraditório e ampla defesa.



## TCE acompanha providências em rodovias

Em abril de 2008 a 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia deu ciência ao Tribunal de Contas da ocorrência de graves danos em obras de arte (ponte e bueiro) localizadas na GO-147, trechos Piracanjuba / Morrinhos e Água Limpa / Morrinhos e GO-210 trecho Água Limpa/ Marzagão.

Considerando as conclusões do relatório de vistoria desta Divisão, segundo as quais deveria haver uma ação imediata para reparar as erosões e encabeçamento de ponte, sob o risco de haver o colapso daquelas estruturas e a possibilidade de graves acidentes no local, foi relatado no Tribunal Pleno, pelo conselheiro Naphtali Alves, o Acórdão n.º 765/08 de 24/04/08, em que foi adotada medida cautelar para que a AGETOP adotasse providências imediatas.

O acompanhamento do cumprimento do referido acórdão tem sido realizado pelos técnicos da 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia, que realizaram inspeções "in loco" em diversos períodos do ano, para constatação do andamento dos trabalhos.

Na última vistoria, realizada em janeiro de 2009, foi constatado que das quatro erosões detectadas, três já estavam solucionadas. No entanto, foi verificado que faltou ser reparada uma das quatro erosões, bem como começa a surgir uma nova erosão nesta região. Além das erosões o relatório de vistoria informa a precariedade dos pavimentos em alguns trechos como a GO-210 de Marzagão a Buriti Alegre e a GO-147 de Morrinhos até Piracanjuba, concluindo que o Acórdão n.º 765/08 não foi totalmente cumprido e existe uma urgência na realização dos reparos das erosões devido aos riscos de acidente no local.

O relatório está inserido no processo n.º TCE 200800047000904.

### Situação crítica que exige reparos:



GO-210 (trecho Água Limpa – Buriti Alegre)  
Estacas de madeira sustentam o bueiro (16/09/08).



GO-210 (trecho Água Limpa – Buriti Alegre)  
Erosão já atinge o pavimento da rodovia (27/01/09).

### Serviços realizados:



GO-210 (trecho Água Limpa – Marzagão) Verifica-se aumento considerável da erosão no encabeçamento da ponte (16/09/08).



Serviços executados. Coberta a erosão de montante. (16/09/08).

## PREA

Além do programa de manutenção, o estado conta ainda com programas de restauração de rodovias, para oferecer melhores condições de tráfego aos usuários viajantes.

Conforme determinação do conselheiro relator Naphtali Alves de Souza, a 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia acompanha o desenvolvimento dos serviços, objeto da Concorrência n.º 051/08, de reabilitação de pavimentos degradados – programa PREA, compreendendo uma extensão total de 1.264,10 km, destinado a diversas rodovias do Estado.

As primeiras inspeções realizadas nos meses de fevereiro e março do corrente ano, em 04 (quatro) lotes distintos, constataram que os trabalhos se desenvolvem de forma lenta, devido ao período chuvoso, não havendo ainda uma data prevista para conclusão total de todos os trechos especificados nos referidos lotes.

Trechos vistoriados até 10/03/09:

- O-040: Bom Jesus / GO-320
- O-050: Montividiu / BR-158
- O-070: Goási / Itapirapuã
- O-164: Faina / Mozarlândia / GO-454
- O-164: Paranaiguara / Quirinópolis
- O-184: Aporé/ Itumirim / Serranópolis
- O-422: parecida do Rio Doce / GO-174.



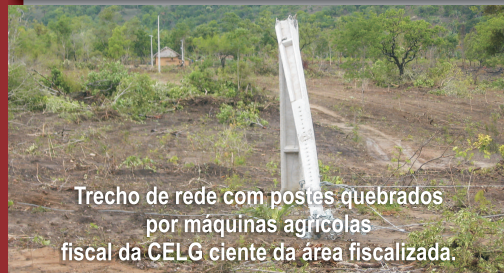
## Vistorias de acompanhamento na Celg



Estrutura com ferragem exposta necessita correção.



Abertura de malha de aterramento execução irregular – aterramento inadequado.



Trecho de rede com postes quebrados por máquinas agrícolas fiscal da CELG ciente da área fiscalizada.

A 2ª DFENG, através do Engenheiro Joaquim Thomaz de Aquino Filho, iniciou um trabalho de Vistoria de Acompanhamento de diversas obras que estão em execução pela CELG. Destacamos a título informativo as seguintes obras:

1) Execução de 93,233 Km de rede de distribuição rural em AT Monofásica 34,5 KV, no município de Cavalcante e instalação de 65 transformadores monofásicos de 10 KVA para atender novos consumidores inscritos no Programa Luz para Todos. Valor do Investimento: R\$ 289.980,00

2) Execução de 83,167 Km de rede de distribuição rural em AT Monofásica 13,8 KV no município de Jataí e instalação de 90 transformadores monofásicos de 10 KVA, com fornecimento de materiais para atender novos consumidores inscritos no Programa Luz para Todos. Valor do Investimento: R\$ R\$ 915.930,00.

Comentários:

### Com relação ao item 1:

ARDR apresenta as seguintes características técnicas, conforme Memorial Descritivo:

- Tensão: 34,5KV-monofásica;
- Condutores: 34,5 KV cabo 4 CAAACSR;
- Extensão: 93,233 Km.

A execução da RDR-34,5KV encontra-se em andamento, com 80,00% (oitenta por cento) dos valores medidos e pagos. Observamos que esta segue aos projetos de locação dos postes. No entanto, foram constatadas irregularidades de execução, quanto a aplicação de materiais destinados a condução de fiação às caixas dos relógios medidores, e ainda, em diversos pontos da rede de distribuição, o aterramento não atendeu aos limites definidos em normas técnicas, ou seja, em torno de 10 ohms.

Essas irregularidades foram constatadas na presença do fiscal da CELG, sendo solicitado ao mesmo que a empreiteira (Eletro Xixá Ltda.) seja acionada para correção das irregularidades encontradas e troca dos materiais danificados. Depois, que fosse informado ao Tribunal de Contas para procedimento de nova inspeção.

**O Relatório de Inspeção contendo irregularidades foi autuado sob o número 200900047000329.**

### Com relação ao item 2:

ARDR apresenta as seguintes características técnicas, conforme Memorial Descritivo:

- Tensão: 13,8KV-monofásica;
- Condutores: cabo 4 CAAACSR;
- Extensão: 83,167 Km;

A execução da RDR-13,8KV encontra-se em andamento, com 58,95% (cinquenta e oito vírgula noventa e cinco por cento) dos valores medidos e pagos. Observamos que esta segue ao projetos de locação dos postes. No entanto, foram constatadas irregularidades de execução quanto a aplicação de alguns materiais destinados ao aterramento das caixas dos relógios medidores, além de postes desnivelados.

Estas irregularidades foram constatadas na presença do Fiscal da CELG, sendo solicitado ao mesmo, que a empreiteira (TC Engenharia Ltda.) seja acionada para correção das irregularidades encontradas, e troca dos materiais que foram aplicados de maneira irregular. Depois, que fosse informado ao Tribunal de Contas para procedimento de nova inspeção.



inspeção para medição de aterramento posto transformador JT-21 (334225).



Material inadequado para aterramento da caixa.

## Conclusões das inspeções realizadas:

Verificamos a atuação ineficiente da fiscalização da CELG no acompanhamento das obras, tendo em vista, que nas inspeções foram constatadas a execução de aterramento e aplicação de alguns materiais (eletrodutos / conduítes galvanizados e caixas dos relógios medidores) fora de normas e danificados.

É necessário que as empreiteiras façam a substituição dos materiais inadequados que foram aplicados na obra, em especial aos cabos de aterramento das caixas dos relógios medidores.

Tendo em vista que as caixas de acondicionamento dos relógios medidores são inadequadas para aplicação na zona rural, uma vez que não apresentam resistência suficiente a colisões de animais (bovinos e equinos), solicitamos que a CELG faça novo estudo das mesmas, no sentido de adquirir caixas com materiais mais resistentes, evitando-se assim gastos com troca e manutenção. Considerando ainda que, salvo raras exceções os proprietários rurais não executam a proteção da área referente ao poste transformador com cercas ou qualquer proteção equivalente.



# NOTÍCIAS

## Arcebispo apresenta Campanha da Fraternidade no TCE

O arcebispo metropolitano de Goiânia, Dom Washington Cruz, fez uma visita ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Gerson Bulhões Ferreira, na manhã do dia 26 de fevereiro. O religioso estava acompanhado do secretário de Planejamento e Desenvolvimento, Oton Nascimento Júnior, e aproveitou a ocasião para apresentar a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, cujo tema este ano é a Segurança Pública.

O presidente Gerson parabenizou a iniciativa e afirmou que a banalização do crime requer medidas urgentes e que a iniciativa da igreja pode ser um ponto de partida no combate à violência.



## Presidente do TCU

### comenta artigo de servidora do TCE-GO

O artigo "Breves Comentários sobre a Eficácia do Controle Público", da advogada **Tatiana de Oliveira Takeda**, servidora do TCE-GO, publicado no jornal Diário da Manhã, de 27 de janeiro, recebeu elogios do presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar (foto). Em ofício endereçado à articulista, o presidente ressaltou que "o texto trata de tema de amplo interesse público".

Confira o artigo, na íntegra, no site do Diário da Manhã ([www.dm.com.br](http://www.dm.com.br)) ou na seção "Comunicação/Recortes de Jornais" do site do TCE-GO.

## Diretores do comitê pró Copa do Mundo visitam TCE

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Gerson Bulhões Ferreira, recebeu a visita dos diretores do Comitê Executivo para a Copa do Mundo de 2014 em Goiânia, Barbosa Neto, que é presidente da Goiás Turismo, e Euler Morais, secretário municipal de Turismo. Eles prestaram esclarecimentos sobre as primeiras medidas tomadas no sentido de preparar a capital visando ser escolhida uma das subsedes do maior evento futebolístico do mundo.

Conforme explicaram Barbosa Neto e Euler Morais, algumas obras estratégicas, como o aeroporto, oanel viário e construção de viadutos, além da reforma do estádio Serra Dourada, são prioridades.





# NOTÍCIAS

## Novidades no portal do TCE

A Divisão de Processamento de Dados do Tribunal de Contas do Estado desenvolveu mais um serviço para a sociedade e o disponibilizou no portal do TCE. Trata-se da consulta de ofícios, ferramenta que permite aos usuários do portal acessar informações das citações e intimações, feitas pela Secretaria Geral. Segundo Marcus Vinícius, secretário-geral, o serviço visa atender ao § 5º do art. 54 da Lei Orgânica e ao § 6º do art.165 do Regimento Interno, os quais determinam que “as citações e intimações serão publicadas no quadro de avisos e no sítio eletrônico do Tribunal”.

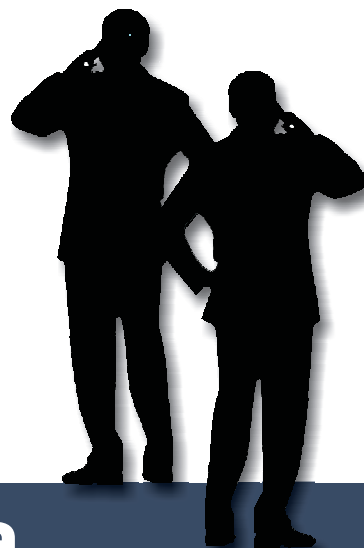
## Corregedoria vai apresentar proposta de prescrição de processos

O novo corregedor-geral do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), Sebastião Tejota (foto), em entrevista ao TCE naTV, afirmou que a Corregedoria precisa ir além do simples recebimento e encaminhamento de denúncias e reclamações. “Queremos propor mudanças significativas para o Tribunal, para que sua atuação se torne cada dia mais eficaz”.

Uma proposta que já está adiantada é a figura da prescrição e decadência de processos no TCE, com o objetivo de desafogar a pauta e as unidades técnicas do Tribunal. Tejota aponta que uma grande quantidade de autos em andamento no órgão já poderia estar prescrita por decurso de prazo, mas fica entulhando os diversos setores pela falta da figura jurídica que autorize a decadência.

O conselheiro-corregedor afirmou que outra prioridade em 2009, já praticamente consolidada, é estruturar a Corregedoria, com a definição de espaço físico e pessoal específico para o setor. A corregedoria já está em sala própria no térreo do prédio anexo do TCE.

Tejota faz questão de lembrar que qualquer cidadão pode apresentar denúncias, sugestões e reclamações sobre a gestão pública estadual pelo telefone 3201-9086 ou pela internet, na seção E-ouvidoria do site do Tribunal ([www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)).



## Estações de Minha Vida

Servidora aposentada do Tribunal de Contas do Estado, Iracema Alves Vasconcelos – a Lourdinha – lançou o livro Estações de minha Vida, com organização do jornalista Hélio Rocha, em que conta episódios marcantes de sua carreira no TCE-GO e em outras atividades profissionais, familiares e cotidianas. As pesquisas e entrevistas ficaram sob a responsabilidade do também jornalista Bruno Rocha.

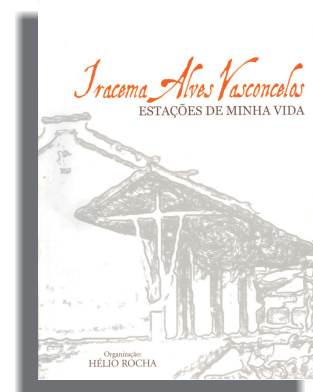
Com prefácio do conselheiro aposentado Eurico Barbosa, o livro é autobiográfico, mas abre espaço para contar um pouco da história do surgimento do TCE, já que o marido de Lourdinha, Walter Vieira Vasconcelos, começou a trabalhar no órgão fiscalizador em 1953.

A obra também traz depoimentos do conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell, do conselheiro aposentado Nelson Siqueira e dos servidores José Gilberto Rodarte, Vera Lúcia Jardim, Goiandi Lopes e Lourdes Jardim.

### Confira trecho do livro:

No Tribunal de Contas do Estado, que em 1953 iniciava a sua existência, o número de funcionários então era reduzidíssimo. Eram apenas três os primeiros conselheiros, então denominados juízes: Joaquim Taveira, que foram o primeiro presidente da Corte, Carlos Dayrell e Joaquim Gomes Filho. Em determinado período, os integrantes do TCE foram chamados de ministros, adotando-se depois a designação atual, de conselheiros. Inicialmente, foram auxiliados apenas por dois jovens, Goiandi Lopes de Brito e Hugo de Souza Silveira.

(...) Para se ter uma idéia do pioneirismo de Walter Vieira Vasconcelos entre os servidores do TCE, vale mencionar que foram ele e os três primeiros conselheiros, então chamados de juízes, que cortaram a fita simbólica das instalações do Tribunal, na época apenas o bloco cuja frente se dá para a Praça Cívica.



# NOTÍCIAS

## Novos equipamentos ajudarão a dinamizar o trabalho de fiscalização

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás entregou às divisões técnicas e de fiscalização alguns conjuntos de avançados aparelhos de precisão, de precisão e de registro fotográfico. A entrega foi feita no Plenário Henrique Santillo, com a presença do vice-presidente Edson Ferrari, auditores, diretores, chefes e servidores da casa.

Segundo Ferrari, as aquisições fazem parte da modernização do Tribunal, o que já é uma prática rotineira na corte de contas, com a aquisição de computadores e veículos, dentre outros equipamentos. Ele ressaltou, todavia, que para o TCE a qualificação dos servidores continuará sendo a principal prioridade. Para o coordenador de Fiscalização Estadual, Fernando Xavier da Silva, os novos equipamentos vão dar mais qualidade aos relatórios e inspeções feitas in loco pelos técnicos do Tribunal.

Como parte do material entregue estavam máquinas fotográficas, aparelhos de GPS e trenas eletrônicas para 1ª e 2ª divisões de Fiscalização de Engenharia e para a 1ª, 2ª e 6ª divisões de Fiscalização do TCE-GO.



## Material doado pelo TCE ajuda na inclusão digital

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) fez a doação de mais de vinte equipamentos de informática completos que, embora obsoletos para o trabalho técnico de fiscalização do órgão, estão em plenas condições para a utilização imediata das nove instituições beneficiadas. Segundo o diretor da organização não-governamental Comitê para a Democratização da Informática (CDI), José Augusto de Souza Carvalho, o gesto do TCE vai contribuir para que a população menos favorecida tenha acesso à tecnologia.

Foram doados monitores, CPUs, impressoras e acessórios revisados e configurados, que serão utilizados em escolas de informática voltadas para a sociedade e em instituições sociais, educacionais e públicas no seu trabalho administrativo rotineiro. A solenidade de entrega foi comandada pelo presidente do TCE, Gerson Bulhões Ferreira, com a presença de representantes das entidades beneficiadas e servidores do Tribunal.

Para o presidente Gerson, a doação é uma forma que o TCE encontrou de dar uma destinação útil para a sociedade de bens públicos que não teriam, praticamente nenhum valor comercial em caso de revenda. O presidente afirmou que determinou aos setores competentes do órgão que fizessem um levantamento de materiais inservíveis que serão objetos, brevemente, de novas doações ou leilões, se for o caso.

Falando em nome dos beneficiados, o chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, Paulo Roberto Araújo, representando também o 6º Batalhão de Polícia Militar, da Cidade de Goiás, agradeceu a iniciativa, afirmando que todo esse equipamento será de grande valia para a melhoria dos serviços prestados por todas essas entidades à comunidade. Na ONG Comitê para a Democratização da Informática, por exemplo, o equipamento será utilizado na montagem de uma nova escola voltada à sociedade.

As entidades beneficiadas são: Universidade Estadual de Goiás – UEG, Comitê para Democratização da Informática (CDI), de Goiânia; Escola Estadual Dona Clotilde Costa, Povoado Rochedo, em Piracanjuba; Núcleo A Caminho de Jesus - Creche Dona Judit, em Aparecida da Goiânia; Colégio Estadual Visconde de Mauá, em Goiânia; 6º Batalhão de Polícia Militar, na Cidade de Goiás; Escola de Artes Plásticas Veiga Valle, na Cidade de Goiás; Casa da Juventude Pe. Burnier, em Goiânia; e Federação Goiana de Tênis.





# ARTIGO

## A intervenção do Estado na economia

Edna de Araújo Andrade \*

Um movimento de modernização da gestão pública está em curso no mundo. Assiste-se, nessa área, a uma revolução silenciosa que vem se expandindo com mais vigor nos últimos 10 anos, por todos os continentes. A amplitude e o objetivo das reformas variam de um país para outro. De um modo geral, visam transformar modelos burocráticos, centrados em regras e processos, em sistemas que conferem importância crescente à satisfação do cidadão-usuário e orientam-se para o compromisso com resultados na sociedade.

Nesse sentido, a busca de maior eficácia leva à utilização cada vez maior de mecanismos próximos aos de mercado, à introdução de métodos modernos de gestão e à ênfase em recursos baseados na tecnologia da informação. Observa-se, de um modo geral, a descentralização de ações do governo central para autoridades locais e o desenvolvimento de novas parcerias entre o setor público e iniciativa privada, para a realização de investimentos e a prestação de serviços de interesse público. Busca-se fortalecer também a transparência, a prestação de contas e o controle social. A idéia de ampliar a autonomia de ação dos responsáveis pelos serviços prestados à sociedade, exigindo em contrapartida uma responsabilização maior, aparece com frequência no escopo das propostas de reforma.

A ampliação do processo de integração internacional tem alimentado essas tendências, colocando para a maioria dos países o desafio de promover ou reforçar a competitividade das suas economias com vistas a uma inserção favorável nos mercados internacionais. Em muitos casos, a melhoria dos padrões de funcionamento do Estado emerge como um dos fatores críticos para a melhoria da competitividade sistêmica.

Nesse aspecto, o papel apropriado para o Estado na economia – o que remete à relação que mantém com o mercado – constitui uma das questões mais centrais e, ao mesmo tempo, mais controversas das sociedades contemporâneas. A visão sobre o que há para o Estado fazer ou que se espera que faça tende a se alterar no tempo, perdendo ora para um maior intervencionismo estatal, ora no sentido inverso.

No que se refere ao Brasil, este não está à margem desse movimento. Ao contrário, no ambiente interno, a consolidação da democracia fortaleceu os mecanismos de canalização das demandas sociais, aumentando a pressão sobre o setor público para a ampliação, universalização ou melhoria da qualidade dos serviços públicos essenciais. O estágio de nosso desenvolvimento exige pesados investimentos para resgatar o déficit social e aperfeiçoar a infraestrutura econômica

Nesse contexto, as questões que se colocam como desafios para a gestão pública no país estão relacionadas diretamente à implementação das políticas e programas de governo, num ambiente marcado por limitações crescentes ao modelo de financiamento do desenvolvimento a partir de recursos fiscais. A harmonia entre a condução das políticas de regulação macroeconômica e o atendimento das demandas da sociedade tem se transformado num dos principais desafios do Governo.

No século XX, o Estado aumentou a sua importância relativa dentro do sistema econômico e uma parte considerável dos trabalhos científicos passou a analisar a economia estatal. As questões relativas à

atividade econômica estatal tornaram-se tema fundamental e uma disciplina dentro da ciência econômica. A análise da política econômica emergiu a partir da ação do Estado sobre o sistema econômico, tendo como principal motivação para os responsáveis pela política econômica, a tarefa de encontrar a política eficiente e implementá-la.

Sendo assim, o novo debate está propondo que apenas a ampla soma de Estado mais mercado mais sociedade civil, em todas as suas expressões, é o que permitirá resultados melhores. Ganham peso crescente, as idéias de um Estado inteligente, com intervenções estratégicas, de alta eficiência. O Estado inteligente será, na próxima década, enérgica e sustentadamente, uma integração ativa entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Encarar as novas funções com eficácia requer uma profunda reforma nas estruturas sociais do Estado. A reforma não pode ser para o passado, enfatizam os estudiosos, mas tampouco consiste no mero recorte ou desmantelamento de tais estruturas. Esta tarefa coletiva não pode demorar. O “custo de oportunidade social” é muito alto. A cada instante que transcorre sem políticas de investimento em educação, saúde, meio ambiente, etc., significa duros impactos regressivos nas condições básicas de vida e de desenvolvimento econômico.

Sendo assim, o fulcro da questão, resumidamente, reside na inter-relação Estado e sociedade, na capacidade de gestão do Estado e dos meios que ele utiliza. Daí, que modernamente, a idéia força não é o Estado mínimo e sim o Estado que cumpre a sua missão reguladora e ao mesmo tempo atende às expectativas da sociedade. Para atingir tais objetivos, o Estado utiliza diversas formas e meios. E, afinal, o que importa não é o grau de intervenção do Estado, e sim as formas e os meios.

*\* Edna de Araújo Andrade é servidora do Tribunal de Contas, contadora, com mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela UNB. O presente artigo é um resumo do original que está disponível, na íntegra, no site [www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br), seção Comunicação/Artigos.*





## TCE faz seleção de servidores para nível técnico e superior

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás está preparando concurso público para o preenchimento de vagas existentes em seu quadro técnico e administrativo. Os trabalhos já estão em fase adiantada e a comissão incumbida de organizar o certame está ultimando o edital para publicação. Com o intuito de garantir a lisura e transparência do processo seletivo, fazem parte dessa comissão, presidida pelo conselheiro Edson Ferrari, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil e outro do Ministério Público Estadual.

“A participação dessas entidades foi fundamental para o sucesso do concurso público que o TCE realizou ano passado, preenchendo cargos de Auditor e de Procurador de Contas, razão pela qual formulamos convites à seccional goiana da OAB e à Procuradoria Geral de Justiça, que já indicaram dois de seus integrantes para ajudar na realização do novo certame”, revela o presidente do Tribunal, Gerson Bulhões.

Na mesma linha de cuidados para que a seleção transcorra sem incidentes, o presidente do TCE anuncia a reedição de outra medida adotada no concurso de 2008:

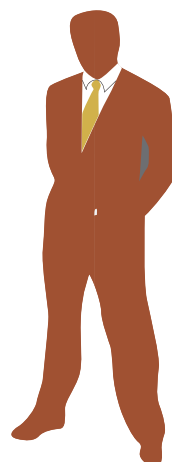
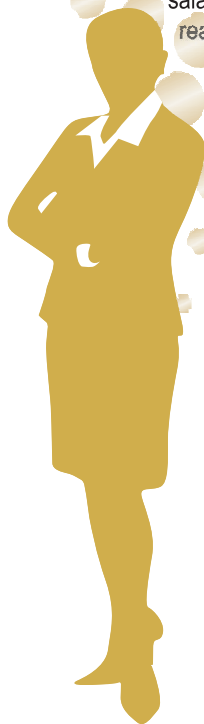
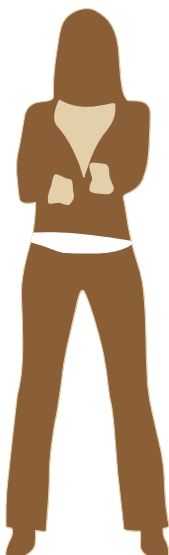
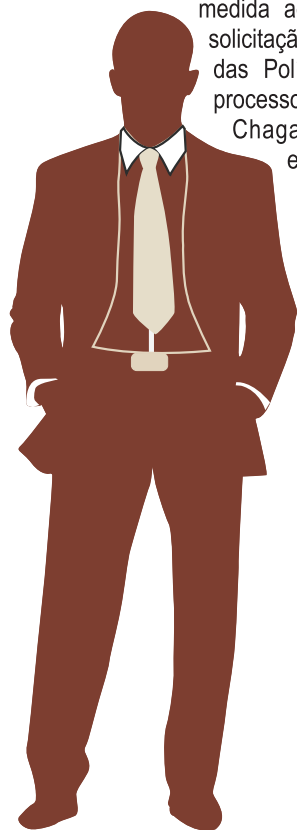
solicitação para que os serviços de inteligência das Polícias Federal e Civil monitorem todo o processo, em todas as suas fases. O Instituto Carlos Chagas foi a instituição contratada para elaboração, aplicação, correção das provas

e divulgação dos aprovados e selecionados para os quadros de reserva técnica.

Serão oferecidas pelo menos 72 vagas. Para o nível de graduação, cargo de Analista de Controle Externo, a expectativa é de que sejam contempladas as seguintes especialidades: contabilidade, engenharia civil e elétrica, gestão de pessoas (administração e psicologia), gestão do conhecimento (pedagogia, biblioteconomia ou arquivologia), jurídica (direito), meio ambiente, orçamento e finanças (administração, contabilidade ou economia), planejamento e desenvolvimento organizacional e tecnologia da informação (análise de sistemas ou correlato). O edital vai prever também uma lista de espera.

Para as áreas técnicas administrativa, operacional e de tecnologia da informação serão disponibilizadas vagas de nível médio, no cargo de Técnico de Controle Externo – aí incluídas vagas de motorista e aprovados para a lista de espera.

Os vencimentos dos analistas – nível superior – chegarão a cinco mil reais com a aplicação da tabela progressiva já aprovada no Plano de Cargos do Tribunal de Contas, até 2011, podendo fazer jus ainda a mais 20% a título de gratificação de produtividade. Já os salários dos técnicos de nível médio começarão com 1.600 reais e mais 20% de produtividade.

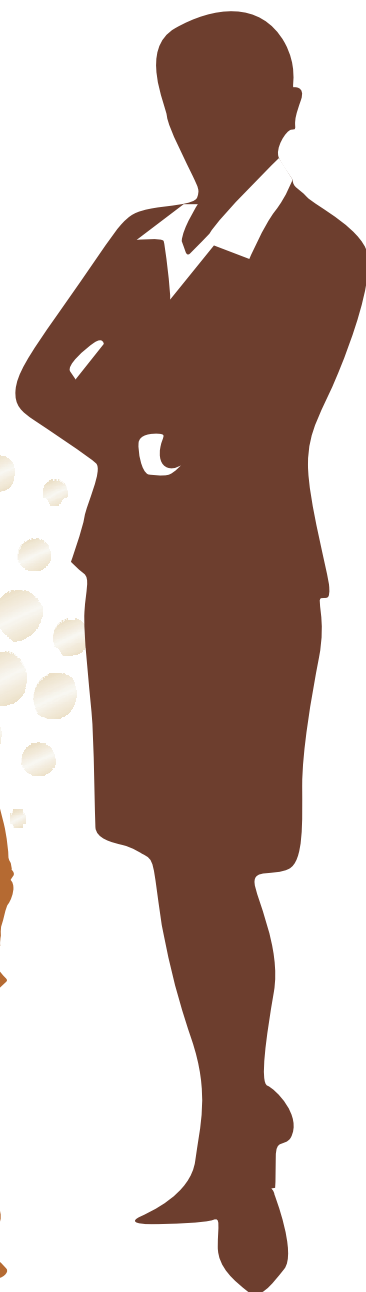
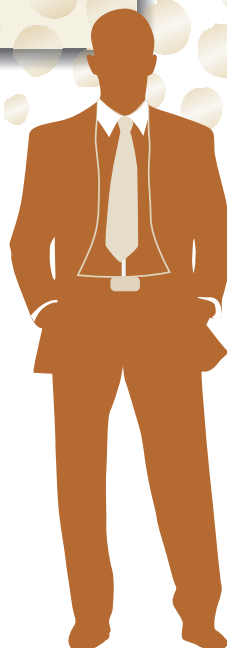
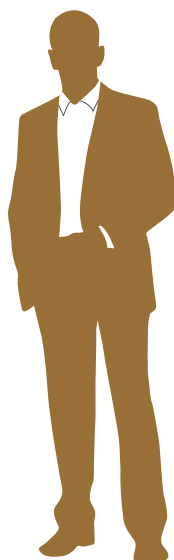
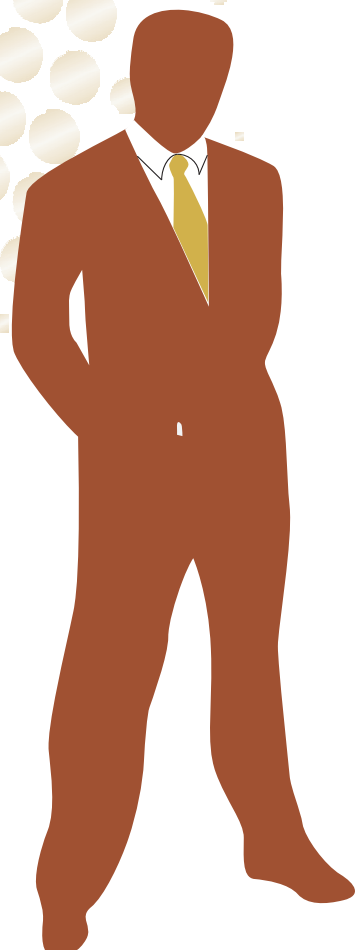


# CONCURSO INTERNO

## Auditor e Procuradoria selecionam servidores

O auditor Celmar Rech selecionou servidores do TCE para participar da equipe que compõe seu gabinete. Os aprovados foram selecionados depois de participarem do processo seletivo realizado pelo auditor. Além da avaliação curricular, o auditor fez entrevista com os candidatos. Rech agradeceu a participação de todos e afirmou que ficou especialmente satisfeito com o elevado nível dos participantes, inclusive pelo interesse demonstrado em compor a sua equipe.

Nos mesmos moldes, foram selecionados servidores para compor os quadros da Procuradoria Geral de Contas junto ao TCE-GO. Na qualificação técnica, os candidatos puderam consultar qualquer material ou jurisprudência, como leis, súmulas, doutrinas e anotações. A aferição dessa etapa leva em conta o conhecimento do Direito Administrativo e Constitucional, além do Financeiro.



# ILB

Jaqueline G. do Nascimento  
diretora-geral do ILB

## Incentivo à qualificação dos servidores e jurisdicionados

**" A escola é um edifício com quatro paredes  
e um amanhã dentro dele."**

**Bernard Shaw**

A Lei Estadual nº 16.466 de 5 de janeiro de 2009, em seu artigo 5º, revigorou o Instituto Leopoldo de Bulhões, com a missão principal de conduzir a formação continuada dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, por meio da promoção, elaboração e organização de cursos, palestras, seminários, simpósios, trabalhos e pesquisas. Cabe também ao ILB, ministrar cursos de treinamento, aperfeiçoamento, qualificação e de pós-graduação para os servidores do TCE-GO.

O presidente Gerson Bulhões determinou que o Instituto atue em uma das prioridades de sua administração: investir na formação do capital intelectual dos servidores do Tribunal, para desenvolvê-los como pessoas capazes de prestar serviços de qualidade cada vez mais alta, aos cidadãos e à sociedade.

Todos sabemos que o investimento em capital humano é fundamental para a eficácia da gestão pública. Importante citar que, para isso, o TCE conta também com serviços de uma consultoria, contratada com recursos do Promoex, que trabalha no desenvolvimento da Política de Gestão de Pessoas, visando o fortalecimento institucional.

O ILB renasce com o desafio de contribuir para que a cultura da capacitação e, sobretudo da educação continuada, venha a se consolidar na Corte de Contas, de modo a formar servidores orientados, ao mesmo tempo, para a eficiência de resultados, assim como para a permanente construção de um Tribunal mais próximo dos cidadãos.

Nossa estrutura é enxuta. Contamos com a Coordenação de Programas Educacionais, o Serviço de Capacitação e a Biblioteca, ligados a uma Diretoria que supervisiona todas as atividades inerentes ao ILB. Essa equipe está muito entusiasmada e sente-se estimulada com a tarefa de trabalhar pelo aperfeiçoamento do serviço prestado pelo TCE-GO que, sem

dúvida, implica num processo de ampla conscientização e de profunda identificação do servidor com seus objetivos.

Para o cumprimento de nossas atribuições, em breve teremos um espaço devidamente adequado para a realização de cursos e demais atividades do ILB, com localização muito próxima à atual sede. Trabalhamos também numa primeira programação semestral de cursos, os mais variados, atendendo no que for possível, às principais demandas, tanto da área-fim do TCE, como também as necessidades da área-meio.

O Instituto Leopoldo de Bulhões quer se consolidar como escola de contas, oferecendo cursos, palestras e atividades que tenham seu foco no aprofundamento de debates sobre as novidades, técnicas e tendências na área de controle da administração pública. Considerando a natureza pedagógica inerente aos tribunais de contas, o ILB pretende contribuir também para a capacitação dos jurisdicionados. Essas duas vertentes - interna e a dos fiscalizados - têm reflexos positivos na sociedade, observando que um TCE mais capacitado para a fiscalização e julgamento, acrescentando-se gestores mais eficientes, é garantia de melhor aplicação e aproveitamento dos recursos públicos.

# INSTITUTO LEOPOLDO de BULHÕES

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





# Planejamento para 2009 prioriza capacitação

## PROMOEX

Adriana de Moraes,  
coordenadora  
técnica do Promoex

A Unidade Executora Local do Promoex no TCE-GO finalizou as atividades de revisão anual do projeto e de planejamento das ações a serem desenvolvidas em 2009. Com a redução de aproximadamente 30% dos recursos em razão da variação do dólar desde 2006, os tribunais de contas foram forçados a adequar seus projetos a essa nova realidade. No TCE-GO, buscou-se priorizar as ações que garantam o cumprimento das metas nacionalmente estabelecidas pelo Ministério do Planejamento.

Foram contempladas despesas com consultoria, com destaque para o redesenho dos processos e procedimentos das atividades-fins do Tribunal, programado para iniciar-se no segundo semestre deste ano e que, dada sua complexidade e abrangência, deverá estender-se até meados de 2010. Ao final dos trabalhos espera-se a implementação de novos processos organizacionais em toda a área de fiscalização e, conseqüentemente, a simplificação das atividades para que se possa obter maior agilidade e qualidade nos processos, bem como melhores resultados nas ações realizadas.

Também estão previstas consultorias para elaboração de planejamento estratégico para área de tecnologia da informação e comunicação social, sob gerência dos servidores Renato Kronit e Alexandre Alfaix, titulares, respectivamente, da Divisão de Processamento de Dados e do Serviço de Imprensa. Este último será beneficiado ainda com a aquisição de gravadora de DVD, câmera digital e filmadora profissionais, equipamentos indispensáveis para o aperfeiçoamento do desempenho das funções daquele setor.

As unidades de capacitação serão organizadas pelo recentemente revigorado Instituto Leopoldo de Bulhões. Os cursos a serem realizados no âmbito do Promoex foram contemplados no Plano de Capacitação aprovado pela equipe de Gestão de Pessoas. Em 2009, portanto, o foco das capacitações se concentrará na formação de gestores, com destaque para a gestão por competências, planejamento e integração. Também estão programados cursos técnicos de legislação e contabilidade aplicada ao Direito Financeiro e ao Direito Administrativo, além de novos módulos sobre auditoria de resultados e elaboração de relatórios.

Como parte das ações de integração externa – de significativa relevância para os objetivos do programa - deverão se realizar eventos de orientação aos jurisdicionados e de interlocução com a sociedade, num trabalho conjunto da Coordenação de Fiscalização Estadual, Contadoria Geral e Serviço de Imprensa. Com esse mesmo objetivo, deverá ser produzido, no segundo semestre de 2009, material gráfico que disponibilize aos interessados, administradores e cidadãos comuns, dados e informações simplificadas acerca da aplicação de recursos públicos no estado de Goiás.

No âmbito da tecnologia da informação, dando continuidade às iniciativas já adotadas, devem ser adquiridos computadores portáteis e de mesa, licenças de softwares, scanners, solução de armazenamento de dados/storage e unidades de backup para reestruturação final do parque tecnológico do Tribunal. Outro projeto de grande envergadura da Divisão de Processamento de Dados, a ser financiado com recursos do programa, é a digitalização de documentos, processo que deverá significar um grande avanço para o TCE, dada a agilidade, a transparência e a segurança que a digitalização poderá proporcionar aos clientes internos e externos da casa.



Uma das metas do Promoex é melhorar a percepção das instituições e grupos sociais sobre a contribuição dos Tribunais de Contas para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos. As ações programadas para 2009 buscam contribuir para o alcance desses objetivos.

O detalhamento da programação aqui descrita está disponível no site do TCE-GO, no link do Promoex. Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos também pelo telefone (62) 3201-9126, no turno matutino, com a coordenadora técnica do Programa, Adriana de Moraes, bem como com os demais coordenadores da UEL, Fernando Xavier, Lilliane Siqueira, Maria Tereza Cruvinel e Maristela Alencastro Costa.

Os servidores Silvestre Gomes, Renato Kronit, Marcelo Moura, Rosana Siqueira, Alexandre Alfaix e Selva Cavalcanti também poderão esclarecer questões relativas aos produtos cuja execução estão sob sua responsabilidade, respectivamente, a saber: gestão de pessoas, tecnologia da informação, integração externa, integração interna, comunicação e auditoria operacional.



## Nova geração assume no MP Especial

O novo procurador-geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, Sandro Alexander Ferreira, tomou posse em 12 de fevereiro, no Plenário Henrique Santillo. A solenidade contou com a presença dos conselheiros, representantes dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, auditores do TCE-GO, servidores e familiares do procurador-geral empossado.

Sandro Alexander assume o cargo aos 36 anos de idade, o que mostra uma renovação dentro do Ministério Público Especial. "A nova geração de procuradores que assumiu recentemente trabalhará para aperfeiçoar as funções do Ministério Público e seu papel indispensável ao Tribunal de Contas", comenta a servidora do TCE Thatiane Freitas Cardoso.

Após a abertura da solenidade de posse, pelo presidente Gerson Bulhões, o procurador de contas Fernando dos Santos Carneiro fez um pronunciamento de despedida, agradecendo a equipe de servidores com quem trabalhou e fez um balanço de sua gestão no Ministério Público Especial. "Muito se fez para melhorar o trabalho do MPE, mas muito deve ser feito ainda". Ele aproveitou a oportunidade para deixar uma mensagem de otimismo.

O conselheiro Sebastião Tejeta, corregedor-geral do TCE saudou o empossado em nome dos conselheiros e relatou o anseio da corte em estabelecer uma relação harmônica e independente com o MP Especial, bem como com os Poderes constituídos, com os órgãos públicos e com as entidades não-governamentais, "que por alguma razão vierem bater às portas do Tribunal de Contas". Tejeta acrescentou: "Temos nós, integrantes do controle externo, que nos unir no culto e obediência às leis, na reverência e na prática do Direito e, sobretudo, na consecução da Justiça quando da apreciação dos feitos sob nossa jurisdição".

Em seu discurso de posse, Sandro Alexander pediu a colaboração de todos para a nova empreitada. Nascido em Belo Horizonte, foi aprovado em mais de 30 concursos públicos e o último cargo que ocupou foi o de delegado da Polícia Federal.





# Multas à Agetop chegam a R\$ 18 mil

Em virtude de irregularidades, o Tribunal de Contas do Estado aplicou a dirigentes da Agetop multas que somam mais de R\$18 mil, em diferentes processos em tramitação no órgão fiscalizador. Esse valor refere-se a multas aprovadas em decisões plenárias somente deste ano, juntamente com o julgamento de recurso de um processo de 2003. De acordo com o conselheiro Naphtali Alves(foto), relator dos processos originados na Agetop, os recursos advindos do recolhimento das multas são depositados no Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado (FUMTCEGO).

Na sessão plenária do dia 19 de fevereiro, foram penalizados o presidente José Américo de Sousa e o diretor de Obras Civis, Luiz Antônio de Paula, no valor de R\$ 7.313,01 cada. Quase um mês antes, 22 de janeiro, o Tribunal havia negado recurso do ex-presidente Carlos Rosemberg contra multa no valor de R\$ 1.115,62. Em 12 de março, a multa foi de R\$ 2.437,67 em desfavor do presidente José Américo. As irregularidades que levam à aplicação da penalidade são diversas.

**IRREGULARIDADES** - No caso do processo julgado em fevereiro, foi pelo não atendimento do que fora estabelecido no Acórdão n° 4559, de 13 de dezembro de 2007, que determinava à Agetop que assumisse a guarda e vigilância da obra da unidade da Universidade Estadual de Goiás, em Aparecida de Goiânia, que encontra-se paralisada. O processo teve origem em representação formulada pelo representante legal da empresa Construtora Ingá, João Geraldo de Sousa, que denunciou a irregularidade. Ele informou que desde 30 de novembro de 2006, a execução da obra foi paralisada "sine die". Informou ainda que, em virtude de depredações e furtos, a empresa contratada, mesmo com a paralisação e o atraso nos pagamentos desde outubro de 2006, arca com as despesas de vigilância armada, com vistas a resguardar os serviços já executados, sobretudo porque mais de 78% da obra já foram concluídos.

Quanto ao recurso de Rosemberg, o acórdão do TCE manteve os termos da Resolução n° 105/2003. A multa foi aplicada por decisão da Primeira Câmara do TCE por falhas na contratação de obras e serviços de engenharia para pavimentação asfáltica de 40 mil metros quadrados nas ruas da cidade de Carmo do Rio Verde.

O outro processo considerou ilegal o edital de licitação da Agetop n° 023/06 para a prestação de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica e obras de artes especiais, da rodovia GO-353, trecho: Porangatu/Cruzeiro, com extensão de 62,59 km, no valor estimado de R\$ 47.760.798,25. A multa aplicada corresponde a 10% do valor estipulado pelo regimento interno do TCE vigente à época da publicação do edital, fixando prazo de 30 dias, após a intimação, para a comprovação do recolhimento.

A Primeira Divisão de Fiscalização de Engenharia do TCE demonstrou que o edital contraria as disposições da Lei Federal n° 8.666/93 (Lei de Licitações) e suas modificações posteriores. Dentre os problemas apontados na instrução técnica estava a falta, nos autos, da licença prévia emitida pela Agência Goiana do Meio Ambiente - AGMA, autorizando e atestando a viabilidade ambiental no que concerne à localização e à concepção da obra. O início do procedimento licitatório sem a referida licença ambiental contraria a Resolução CONAMA n.º 006/87.

A 1ª DFENG também observou a ausência de parecer jurídico conclusivo da assessoria da Agetop sobre o edital, aprovação do projeto básico por autoridade competente, autorização do grupo auxiliar de trabalho de controle de gastos para a realização das despesas e orçamento com data base e devidamente assinado pelo responsável pela sua elaboração.



DECISÕES  
do  
PLENO

Dirigente	Cargo	Valor da multa
José Américo de Souza	Presidente	R\$ 7.313,01
Luiz Antônio de Paula	Diretor de Obras Civis	R\$ 7.313,01
Carlos Rosemberg	Presidente	R\$ 1.115,62
José Américo de Sousa	Presidente	R\$ 2.437,67
	TOTAL	R\$ 18.179,31

## Cautelar paralisa licitação de obra

O Tribunal de Contas do Estado determinou, como medida cautelar, a paralisação do procedimento licitatório referente ao edital de concorrência n° 096/2008-GEGEL. A concorrência refere-se à contratação de empresa para os serviços de terraplenagem, pavimentação alfáltica e obras de arte especiais da rodovia GO-132, trecho Colinas do Sul-Minaçu, com extensão de 83,99 Km e valor estimado de R\$ 161.484,481,50.

De acordo com o acórdão relatado pelo conselheiro Naphtali Alves, a documentação processual estava incompleta, necessitando de informação por parte da empresa executora dos projetos sobre a forma de determinação dos quantitativos referentes a escavação e carga de material de 2ª e 3ª categorias e qual o processo utilizado para quantificá-los.

O acórdão, aprovado por unanimidade na sessão plenária de 15 de janeiro do TCE, referendou despacho do conselheiro-relator, datado e encaminhado à Agetop no dia anterior, considerando a urgência requerida, já que a abertura da licitação foi no dia 30 de dezembro último e que ainda não foi elaborado o relatório de julgamento das propostas comerciais. Outro pressuposto para a adoção da cautelar, atendido no acórdão, foi o receio de dano ao erário, pois o material de 2ª categoria geralmente varia sua constituição.

## TCE não recebe recurso do MP Especial

O Tribunal de Contas do Estado não recebeu o recurso interposto pelo procurador de contas Fernando dos Santos Carneiro, membro do Ministério Público Especial junto ao TCE, em face da Resolução nº 1.880/2006, que revogou medida cautelar que sustava o Edital de Licitação de Concorrência nº 060/05, da Agetop, em razão de haverem sido sanadas todas as irregularidades apontadas nos autos.

O TCE, por meio de acórdão relatado pelo conselheiro Naphtali Alves, entendeu que a Resolução nº 1.880/06 atendeu o inteiro teor do parecer emitido à época por outro representante da Procuradoria Geral de Contas. O Tribunal entendeu que, segundo o princípio da unidade, todos os membros do MP representam um único entendimento da instituição, de tal forma que a manifestação de qualquer deles valerá, sempre, como manifestação de todo o órgão.



## Concessão de auxílio a entidades será inspecionada

O Tribunal de Contas do Estado vai instaurar inspeção na concessão de auxílio financeiro subvenção social, no montante de R\$ 1.577.555,05, a entidades filantrópicas e religiosas, estipulados pelas leis 15.799 e 15.800. O objetivo será verificar a existência, ou não, de interesse público a justificar o repasse efetuado.

A decisão foi tomada na sessão plenária de 12 de março, em acórdão relatado pelo conselheiro Edson Ferrari, após analisar representação da Procuradoria Geral de Contas. O relator, porém, considerou improcedente o requerimento de sustação dos repasses financeiros às entidades beneficiadas.



## TCE fixa prazo para Celg apresentar documentos

O Tribunal de Contas do Estado prorrogou em 30 dias o prazo para que a Celg apresente os documentos solicitados pela Coordenação de Fiscalização Estadual para a instrução processual da auditoria de gestão instaurada naquela companhia, abrangendo os exercícios de 2005 a 2008. A decisão foi tomada pelo conselheiro Sebastião Tejota, relator dos processos originados na Celg, com o referendo do Tribunal Pleno, por meio de acórdão.

Os documentos solicitados foram a relação de todas as obras autorizadas pelo Governo do Estado de Goiás, com os respectivos comprovantes dos valores originários e da composição total à época do encontro de contas até a data atual; a relação dos bens vinculados ao Estado do Tocantins e dos bens transferidos para o Estado de Goiás; a relação dos veículos e pessoal à disposição que fizeram parte do encontro de contas firmado entre a Celg e o Estado; cópias das memórias de cálculos da dívida da Saneago com a Celg e dos demais órgãos devedores, desde a sua origem até a presente data.

O conselheiro-relator concedeu também uma prorrogação de 90 dias para a comissão de auditoria, instituída em 5 de dezembro de 2008, concluir seu trabalho, que abrange aspectos financeiros, contábeis, patrimoniais e operacionais da Celg. Em relatório preliminar, a comissão expõe o estágio atual dos trabalhos, a complexidade da matéria, bem como as dificuldades na obtenção de documentos junto à empresa inspecionada.



# O tempo da surdez acabou

Edna Delmondos\*

# COMUNICAÇÃO

É hora da área pública ouvir o coro polifônico da sociedade e dar respostas concretas e ágeis às demandas criadas pela ampliação do espaço público da liberdade.

“Torna-se imperativo abrir os ouvidos e concentrar-se em questões da atualidade como justiça e democracia. Rechaçar o subjetivismo dos valores, para afirmar os critérios de verdade, não no conceito tradicional de ciência, mas na legitimidade de valores concretos que tenham como epicentro o princípio ético das conexões entre teoria e prática. Sob muitos aspectos recuperar o conceito da opinião pública, não pelo prisma da manipulação ou do utilitarismo, mas associando-o à conscientização do cidadão e à sua capacidade de recusar-se a submeter-se à visão de aparência.”

Desse texto de Francisco Viana, em “A Surdez das Empresas: como ouvir a sociedade e evitar crises”, que está agora chegando às livrarias, podem-se extrair duas lições, se a perspectiva for a comunicação pública dos tribunais de contas brasileiros. A primeira delas é o conceito de tempo. Enquanto o tempo da empresa é imediato e com repercussão, também, imediata, o tempo no serviço público é lento - elástico. O agente público acredita na sua estabilidade, aposta na sua invulnerabilidade, “acredita que seu tempo é amplo”. Talvez, tão “interminável” quanto o tempo na Idade Média, antes da ascensão do capitalismo mercantil, lá pelos idos do século XII, quando o tempo era inteiramente dedicado à salvação da alma.

Entretanto, esse tempo linear e infundável foi substituído, ainda na mesma Idade Média, pela dinâmica do capitalismo mercantil. Desde então, vivemos um ciclo do tempo esférico que contém todas as atividades da vida num mesmo universo temporal. Essa visão de tempo ampliou-se com o tempo real, da Internet. Hoje, portanto, o tempo do serviço público e o tempo da empresa são um tempo só. E não é preciso fazer grande esforço para constatar a nova realidade. Basta olhar em volta e ver que o cidadão tem participado mais ativamente da vida pública. A democracia está ficando, a cada dia, mais participativa. Os cidadãos agora têm “um megafone nas mãos” e “a voz das ruas, amplificada pela universalização da informação, necessita ser ouvida.” O corpo político – a sociedade – está cada vez mais atento e cada vez mais irá cobrar atitudes da área pública.

A segunda constatação inspirada pela “A Surdez das Empresas” é que vivemos em um mundo polifônico. Não há como ser surdo, sob pena de uma reação hostil da sociedade na busca da exigência dos seus direitos; na busca de maior controle social, na defesa do legítimo direito de que as coisas públicas funcionem eficazmente. Tudo isso coloca para os tribunais questões esfingéticas, do gênero decifre-me ou o devoro: como aliar gestão e comunicação? Como tornar visível o que está sendo feito de positivo pelos tribunais? Como prevenir crises que ameacem a imagem-reputação dos tribunais?

A surdez tira a capacidade de perceber as necessidades da sociedade, ocorrendo, por consequência, uma “oposição da imagem à reputação e à identidade”. A imagem é fugaz, manipulável e não se sustenta em si mesma. A identidade e a reputação ficam diluídas e vulneráveis nesse cenário de surdez. Por imagem, entenda-se tudo aquilo que podemos controlar. Uma campanha na televisão, por exemplo. Por reputação, entenda-se aquilo que não se controla. Por exemplo, o conceito que a

sociedade tem de uma instituição pública ou uma empresa. Por identidade, aquilo que se é efetivamente. Ou seja, a missão e valores anunciados pela sociedade. São elos de uma mesma corrente comunicacional. Precisam estar integrados.

Há ainda uma terceira lição inspirada pelo livro: é que a dependência de diversos recursos - da capacidade de lidar com ameaças e incertezas e a presença de conflitos - impõe a busca da convergência, do consenso. Essa convergência depende, essencialmente, da comunicação interna. As instituições são feitas da argamassa de uma prática de cultura. Não adianta ambicionar ser o que não se é, o que se é apenas no discurso. É dessa argamassa interna que se fará a boa comunicação externa, aquela que chega à mídia. Há, na prática, uma relação de interdependência entre esses dois elementos, procurando, como desafio, aumentar a cooperação e reduzir o conflito.

Temos a aprender também que “o relacionamento positivo e duradouro com a sociedade exige flexibilidade para a mudança de conceitos na convivência diária com a oposição entre verdade e erro, aparência e realidade. Ou, em lugar de instituir conceitos, a convivência com a sociedade exige a construção e reconstrução permanente de conceitos”.

O conflito entre o discurso e a ação, e potencializado pelo conceito de tempo, pode ser minimizado por uma dialética fundamentada na razão e na ética, podendo significar o seu alinhamento. Pois a comunicação não é só

“ouvir”. Só “ouvir” significa “rigidez” de audição, produto da conveniência, mas “escutar” a si mesmo, auscultar a voz da sociedade. Comunicação é compreender e agir.

Fala-se muito em comunicação nos tribunais de contas. E se tem avançado, tribunais de contas têm implementado ações de comunicação de seus resultados. Na Bahia, por exemplo, tivemos em outubro do ano passado o primeiro mídia training, aliás realizado pelo autor de “A Surdez das Empresas”. Foi um momento de intensas reflexões. Por todo o país, seguindo a trilha da consolidação da democracia, o tema da comunicação tornou-se uma constante. Está-se descobrindo que a comunicação é um valor, um ativo essencial para o relacionamento de qualidade com a sociedade. Entretanto, há muita ação a ser feita. Esse conceito de tempo no serviço público precisa ser revisto. Não há mais tempo a perder, sob pena de sermos julgados negativamente por este outro tribunal que é a opinião pública. É dela, da opinião pública, que depende a construção de uma reputação em sintonia com as novas demandas de uma sociedade democrática, que só tem feito progredir na ampliação dos espaços públicos de liberdade.

\* Auditora e ouvidora do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e membro do Grupo de Comunicação Institucional (GCI) do Promoex/IRB





# VENERANDO

## Estátua de ex-conselheiro no Paço Municipal

Venerando de Freitas Borges, ex-conselheiro (1962-1967) e presidente (1967) do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e primeiro prefeito de Goiânia (1935-1945), foi homenageado pela Prefeitura de Goiânia com uma estátua de bronze, criada pelo artista plástico Angelos Ktenas, que foi instalada na praça do Paço Municipal, ao lado das bandeiras, e a comemoração de seu centenário de nascimento (1907-2007) com a edição especial de dois de seus livros: *Samburá* e *Dobras do Tempo*. A homenagem coincidiu com o aniversário de 15 anos de seu falecimento.

A posição da estátua foi determinada e escolhida especialmente. "Em pé, de terno e gravata, com o braço direito erguido, como se estivesse cumprimentando, remete ao que Venerando representou politicamente e ao seu papel histórico", observa Ktenas, que tem uma trajetória artística de seis décadas e atua como conselheiro municipal de Cultura, na Câmara das Artes Plásticas.

A placa descerrada contém o seguinte texto, retirado de um depoimento de Venerando de Freitas Borges a José Mendonça Teles, publicado no livro *Memórias Goianienses*, em 1986: "As idéias são como sementes: germinam sempre que encontram condições favoráveis. Crescem, enraizam-se e firmam-se no seio da terra-mãe. Resistem aos cataclismos e neutralizam forças negativas que as procuram aniquilar. Permanecem longo tempo adormecidas nas consciências, latejam no pensamento das gerações, até que um dia, surgem da penumbra no tempo e conquistam o espaço. Assim nasceu Goiânia."

Venerando foi professor, jornalista e contador, além de governar Goiânia por duas vezes e atuar como deputado estadual em dois mandatos, encerrando sua vida pública como conselheiro e presidente do TCE-GO. Seu longo currículo inclui sua colaboração nos jornais *Correio Oficial* e *Voz do Povo*, sob o pseudônimo de 'Dora Franges'. Também foi diretor e redator-chefe do *O Comércio*, jornal que circulou pela Cidade de Goiás, em 1934, e um dos fundadores da Associação Goiana de Imprensa e diretor dos *Diários Associados de Goiás*. Trabalhou ainda como contador do Estado de Goiás e na superintendência da Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG, além de membro da Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.



Venerando participando de sessão do Tribunal de Contas do Estado



# SOCIAL

## Servidoras do TCE-GO recebem comenda de sindicato

As servidoras do Tribunal de Contas do Estado Alba Lucínia Dayrell e Maria Delcy Meireles Rocha foram as primeiras mulheres a receber a Comenda Célia Coutinho Seixo de Brito, criada pelo Sindicato dos Servidores do TCE-GO (Sercon) para condecorar mulheres servidoras do Tribunal “que conciliam as múltiplas tarefas de profissional, mãe e esposa, com cultura e sensibilidade”.



## Fernando Carneiro recebe homenagem

O ex-procurador-geral de Contas Fernando dos Santos Carneiro recebeu dia 17 de fevereiro uma homenagem pelos anos em que atuou no comando do Ministério Público Especial junto ao TCE-GO. Na oportunidade, foi entregue uma placa, com texto em linguagem jurídica, redigido pelos servidores da Procuradoria de Contas, relatando, como se fosse uma lei, o trabalho ético, eficiente e idôneo realizado por Fernando no exercício da função.



## ASAP

A atual gestão da Associação dos Aposentados do TCE-GO (Asap) tem conseguido uma participação cada vez maior dos seus associados nas suas confraternizações. O último exemplo foi a excelente festa de fim de ano no espaço Sofisticatto.



VERA JARDIM - PRESIDENTE DA ASAP



## Associação dos aposentados em plena atividade

## Conselheiro Carlos Leopoldo: 5 décadas dedicadas ao TCE-GO

O conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell foi homenageado pelos servidores do TCE-GO por ter completado 50 anos de trabalho na instituição. A comemoração foi em restaurante da Capital com a presença de conselheiros, diretores e servidores do órgão fiscalizador.



No TCE desde 1959, trabalhou em diversos setores até tomar posse no cargo de Auditor em 1969, depois de aprovado em concurso público. Assumiu o cargo de conselheiro em dezembro de 2000, foi vice-presidente do TCE em 2003 e 2007 e presidente por dois mandatos consecutivos, em 2004 e 2005.





# MARCAS DO TEMPO

## O Popular registrou instalação do TCE-GO em 1952

O TCE-GO recebeu a doação de um exemplar do jornal O Popular, edição de 1º de setembro de 1952, Ano XV, Edição nº 1.468. O documento histórico foi encontrado nos arquivos do jornalista Hélio Rocha durante sua pesquisa para a organização do livro Estações de Minha Vida, a autobiografia da servidora aposentada do TCE, Iracema Alves Vasconcelos.

**Confira o texto, na íntegra, conforme foi escrito:**



### Instalado solenemente o Tribunal de Contas

Teve lugar ontem à tarde no Palacio das Esmeraldas a solenidade de instalação do Tribunal de Contas e respectiva posse dos juizes recentemente nomeados pelo governo de Goiaz. O ato foi presidido pelo governador Pedro Ludovico e teve extraordinário brilho. Contou com a presença do Desembargador Eládio de Amorim, presidente do Tribunal de Justiça, do Desembargador Clovis Esselin, presidente do Tribunal Eleitoral, do Deputado Floriano Gomes da Silva, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, de outras autoridades e de grande numero de pessoas de destaque dos diversos setores de atividade desta Capital.

Os juizes empossados foram Drs. Joaquim Taveira, Carlos Dayrell e Hegesipo de Campos Meireles, que prestaram o seu compromisso naquela importante cerimonia. Em primeiro lugar, falou o Governador Pedro Ludovico, seguindo-se com a palavra os Drs. Joaquim Taveira, Carlos Dayrell e Hegesipo de Campos Meireles. Todos os discursos foram muito aplaudidos pela numerosa e seleta assistencia.

Depois de sua posse, o Dr. Joaquim Taveira, ofereceu a todos os amigos, em sua residencia, na Avenida Tocantins um copo de cerveja e uma lauta mesa de doces finos.

Compareceu ali o que Goiania tem de mais expressivo em sua sociedade, particularmente, em seus meios juridicos e intelectuais.



## PROMOÇÃO ALTO VERÃO / NOTÍCIAS TCE

### Promoção Alto Verão premia servidores

A cada edição da revista Notícias TCE-GO, servidores do TCE serão sorteados, de acordo com o mês de aniversário que coincidir com a edição do jornal.

Serão convidados para fiscalizar o sorteio, um representante da Alto Verão e pelo menos um servidor do Tribunal. O sorteio é baseado em lista de aniversariantes disponível no Serviço de Relações Públicas do TCE.

### CACILDA DA CONCEIÇÃO MOTA

A vencedora da Promoção Alto Verão – Notícias TCE desta edição é Cacilda da Conceição Mota, lotada na 3ª Divisão de Fiscalização. Seu aniversário é no dia 25 de janeiro e quem retirou o número (04) correspondente ao nome de Cacilda, foi o auditor Celmar Rech. Participaram do certame os servidores aniversariantes dos meses de janeiro, fevereiro e março. A ganhadora tem 30 dias para retirar o vale brinde no Serviço de Imprensa.





# **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA HISTÓRIA DE DOR E SOFRIMENTO QUE CONTA COM O SEU FINAL FELIZ**

## **A ESCURIDÃO**

Violência, desigualdade entre sexos, abusos físicos e psíquicos. É assustador o número de ocorrências sobre violência praticada contra as mulheres em Goiás, sendo que muitas dessas não são levadas ao conhecimento das autoridades competentes, muitas vezes por constrangimento, algumas vezes em consideração aos filhos que não gostariam de ver seus pais presos ou por motivos íntimos e particulares da própria vítima.



## **UMA LUZ**

Foi para mudar este quadro desumano de agressão banal que – há 28 anos – nasceu o CEVAM – Centro de Valorização da Mulher. Além de ter a única Casa de Abrigo de Mulheres e Crianças vítimas de maus tratos em Goiás, o CEVAM faz um primoroso trabalho de reabilitação social dessas vítimas, através de consultas terapêuticas com psicólogas e pedagogas, cursos de profissionalização para completa reintegração social das mulheres, palestras de auto-ajuda, lazer para as mães e crianças, além de muito amor e carinho que elas nunca tiveram em casa.

## **AS DIFICULDADES**

Para manter nossa sede própria, o CEVAM enfrenta dificuldades diárias que vão desde contas básicas à pagar – como água, luz e alimentação – até falta de matéria-prima para a manutenção do trabalho. Por ser uma ONG, o CEVAM sobrevive apenas de doações de empresas e pessoas físicas que, sensibilizadas, sentem-se responsáveis pelas necessárias e urgentes mudanças sociais que defendemos, ajudando em nossa luta em prol da valorização da mulher e de uma sociedade igualitária e respeitosa.

## **SEJA RESPONSÁVEL**

É para resolver este latente problema social que o CEVAM busca pessoas responsáveis e com real desejo de mudança. E você pode fazer parte da nossa história e da história de muitas mulheres que contam com a sua ajuda.

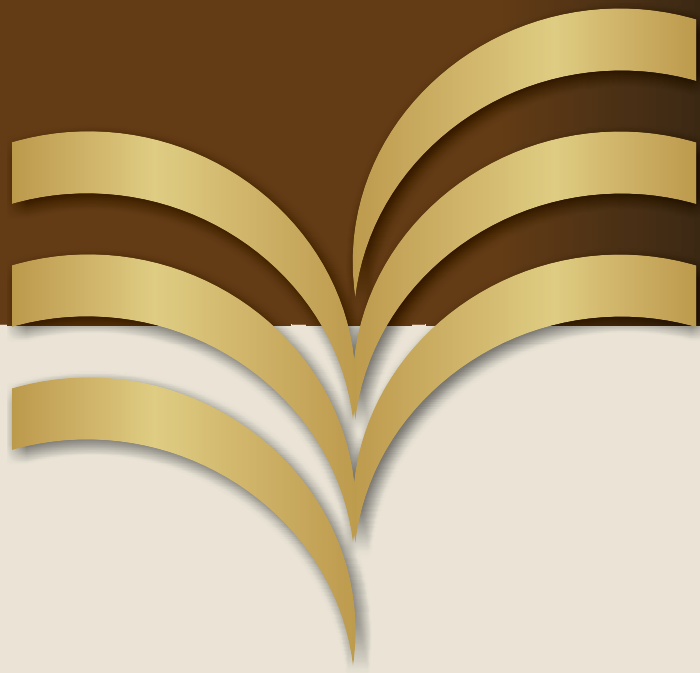
**CHEGOU A SUA CHANCE DE APOIAR O FIM DA VIOLÊNCIA.  
AJUDE QUEM AJUDA ESSAS MULHERES. SEJA AMIGO DO CEVAM.**



Amigo do  
**CEVAM**

**CEVAM**  
CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA MULHER  
CONSUELO NASSER

**3213-2233**  
[www.cevam.com.br](http://www.cevam.com.br)



INSTITUTO

LEOPOLDO de BULHÕES

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



[ilb@tce.go.gov.br](mailto:ilb@tce.go.gov.br)